



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE GEOGRAFIA
UNIDADE UNIVERSITÁRIA JARDIM-MS

ANÉLIO PEREIRA SOARES NETO

A INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO ESCOLAR: Experiências e práticas de ensino de geografia no Ensino Fundamental II na Escola Estadual Alziro Lopes

JARDIM - MS

2019

ANÉLIO PEREIRA SOARES NETO

A INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO ESCOLAR: Experiências e práticas de ensino de geografia na Escola Estadual Alziro Lopes

GUIA LOPES DA LAGUNA (2019)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Unidade Universitária de Jardim-MS, como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr Tiago Satim Karas

JARDIM - MS

2019

S652i Soares Neto, Anélio Pereira.

A interdisciplinaridade no ensino escolar: experiências e práticas de ensino de geografia no ensino fundamental II na Escola Estadual Alziro Lopes, Guia lopes da Laguna (2019) Anélio Pereira Soares Neto. – Jardim, MS: UEMS, 2019.

Monografia (Graduação) – Geografia – Universidade

Estadual de Mato Grosso do Sul, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Satim Karas.

1. Geografia – Estudo e ensino 2. Livro 3. Didática 4. Ensino fundamental I.
Karas, Tiago Satim II. Título

CDD 23. ed. - 372.891

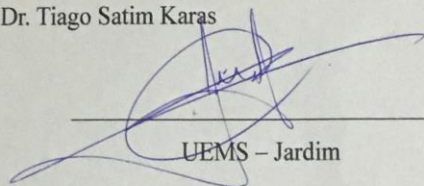
TERMO DE APROVAÇÃO

Anélio Pereira Soares Neto

A interdisciplinaridade no ensino escolar: Experiências e práticas de ensino de Geografia na Escola Estadual Alziro Lopes

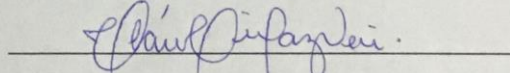
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientador (a): Prof.^o Dr. Tiago Satim Karas



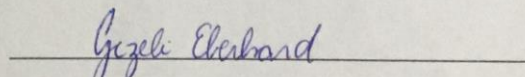
UEMS – Jardim

Examinador 1: Prof.^a Ma. Cláudia de Cillo Mazucato Neri



UEMS – Jardim

Examinador 2: Prof.^a Ma. Gezeli Eberhard



UEMS - Jardim

Jardim, 26 de Novembro de 2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus e aos meus pais que sempre tiveram ao meu lado em momentos ruins e bons na minha vida que sempre batalharam por mim sou grato à eles pela pessoa que sou hoje, e a minha irmã que não tenho palavras para descrever o tamanho do meu amor por ela.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por estar ao meu lado e me dar forças, sabedoria e saúde, para a realização deste sonho que é uma formação acadêmica.

Ao meu orientador professor Doutor Tiago Satim Karas pelos ensinamentos, paciência em me explicar e debater os meus questionamentos, nos momentos difíceis e não me deixando desistir quando pensei em não conseguir.

Fica o meu agradecimento a todos os professores que tive durante a minha graduação cada um deles plantou uma semente do saber em mim, fica uma enorme gratidão a eles. Agradeço aos meus colegas de turma pelos quatro anos de ensinamentos, alguns são amigos que ficaram para sempre.

Agradeço aos professores Sidney Kuerten, Ana Maria Soares de Oliveira, Elvis dos Santos Mattos e Vera Freitas Marinho pelas aulas de campo que tanto contribuíram para a minha formação, fazendo com o que eu tivesse aprendizados que levarei por toda a minha vida.

“O poder da geografia é dado pela sua capacidade de entender a realidade que vivemos.”

Milton Santos

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem a finalidade de analisar a interdisciplinaridade no ensino de geografia no ensino fundamental na Escola Estadual Alzira Lopes em Guia Lopes da Laguna MS. A escolha da temática se justificou pela relevante importância em ampliar investigações acerca da interdisciplinaridade no ensino de geografia. Para tanto, na etapa que se refere à coleta de informações, foram analisados o recinto escolar posteriormente algumas aulas de geografia e participação na apresentação de projetos pedagógicos da escola, além de entrevistas e questionamentos com alunos, professores e coordenadores, que auxiliaram na identificação da maneira como são abordados os conteúdos interdisciplinares, bem como, nossa própria experiência na graduação e participação em projetos. A execução se realizou a partir do tratamento e avaliação dos dados levantados na escola, seguindo com a produção, elaboração e finalização do trabalho.

Palavras chave: Interdisciplinaridade, Ensino de Geografia, Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper aims to analyze the interdisciplinarity in the teaching of geography in elementary school at Alziro Lopes State School in Guia Lopes da Laguna MS. The choice of the theme was justified by the relevant importance in expanding investigations about interdisciplinarity in the teaching of geography. Therefore, in the information gathering stage, the school was analyzed afterwards some geography classes and participation in the presentation of pedagogical projects of the school, as well as interviews and questions with students, teachers and coordinators, which helped in the identification of the school. how interdisciplinary content is approached, as well as our own experience in undergraduate and project participation. The execution took place from the treatment and evaluation of the data collected in the school, following with the production, elaboration and finalization of the work.

KEY WORDS: Interdisciplinarity, Geography Teaching, Elementary School

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estudo de análise da BNCC, Versão Final – Brasil.....	23
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

LDB: Lei de Diretrizes Básicas

MEC: Ministério da Educação

EF: Ensino Fundamental

PPP – Projeto Político Pedagógico

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais

UEMS: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I –	14
1.1 Políticas educacionais e interdisciplinaridade no Brasil pós constituição de1988	14
1.2 A elaboração da LDB: Caminhos para democratizar a educação interdisciplinar.....	16
1.3 Interdisciplinaridade e os Parâmetros Curriculares Nacionais	20
1.4 A BNCC e a Interdisciplinaridade	22
CAPÍTULO II – A Contribuição Da Interdisciplinaridade	26
2.1 Para Repensar a Ciência e o conhecimento Interdisciplinar	26
2.2 A Presença da Interdisciplinaridade no Ensino de Geografia	28
2.3 O Caminho a Seguir.....	37
CAPÍTULO III.....	40
3.1 Características Físicas, Humanas da Escola.....	40
3.2 Características Pedagógicas do PPP da Escola Estadual Alzira Lopes.....	41
3.3 Análise do Plano de Ensino de Geografia no ano de 2019	42
3.4 Entrevista com professores da disciplina de Geografia.....	43
3.5 Práticas interdisciplinares na Escola.....	46
3.6 Interdisciplinaridade e Formação Docente.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

INTRODUÇÃO

São diversas as práticas pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar, e consequentemente na disciplina de geografia, entre elas, a interdisciplinaridade, que vista como forma de desenvolver um trabalho de integração dos conteúdos de uma disciplina com outras áreas de conhecimento, pode trazer benefícios ao processo de ensino aprendizagem.

São vários os recursos que promovem o processo de ensino e aprendizagem, entre os quais, a interdisciplinaridade é uma ferramenta que ganha destaque e importância de forma geral e no tocante ao ensino da geografia, visto ser rica em recursos e por possibilitar o entrecruzamento de imagens, sons, textos e diversos projetos educativos de apoio aos conteúdos curriculares que podem estimular professores e alunos para a aprendizagem em seu cotidiano escolar. Nesse processo cada capítulo busca relatar a importância da formação continuada do docente tem sua importância. No capítulo I destaca as políticas públicas na interdisciplinaridade, no segundo capítulo a interdisciplinaridade ensino de Geografia e no capítulo III foca - se a interdisciplinaridade no ensino escolar, pois provoca uma intervenção direta nas práticas pedagógicas escolar que garantem a função social da escola, compartilhar saberes, produzir e ampliar conhecimentos.

Com o procedimento metodológico a pesquisa escolar, que, pelo seu caráter dialógico, proporciona o compartilhamento de ideias interdisciplinares entre o pesquisador e o objeto pesquisado, por meio de uma construção colaborativa de saberes. A fim de entender a realidade pesquisada, utilizou-se como instrumentos para a coleta de dados: observação, questionário para o professor da disciplina de geografia, análise documental e entrevistas semiestruturadas.

Portanto para que o referido acima ocorra, os professores precisam estar em processo constante de acompanhamento das demandas e aperfeiçoamento das metodologias, construindo uma aprendizagem de maneira crítica e democrática da geografia utilizando recursos inovadores que contemplem o diálogo entre as diferentes disciplinas do currículo,

que favoreçam o protagonismo e autoria dos alunos, que seja capaz de entender e valorizar os alunos de forma integral, considerando os aspectos cognitivos e socioemocionais.

Desta forma o trabalho propõe debater e apontar possibilidades do uso da interdisciplinaridade no ensino de geografia.

CAPÍTULO I

INTERDISCIPLINARIDADE E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

1.1 Políticas educacionais e interdisciplinaridade no Brasil pós-constituição de 1988

No capítulo que se inicia destacaremos como as políticas educacionais que foram implantadas pelo Estado Brasileiro após a redemocratização de 1988 criaram possibilidades dentro das instituições escolares como a interdisciplinaridade, bem como refletir sobre as barreiras encontradas para implementação dessas políticas educacionais. Sabemos que, tratar desse tema requer provocar questionamentos que remetem aos projetos políticos de agentes que governaram o país após a ditadura militar (1964-1985).

A escolha por esse recorte temporal está vinculada ao objetivo de propor uma linha que nos leve a discutir as políticas educacionais contemporâneas, dessa forma um retrocesso demasiado longo na história nos coloraria uma problemática. Para além, dessa questão a redemocratização do Brasil na década de 80 se apresenta como um espaço onde movimentos sociais estavam organizados exigindo mudanças na sociedade brasileira, e a educação era uma pauta recorrente dentro desses movimentos.

A educação no Brasil já passou por profundas transformações desde sua institucionalização escolar, um marco foi à fundação do Colégio Dom. Pedro II em 1837¹. O governo Imperial precisava transferir da esfera privada para ordem pública a tarefa de instruir os futuros cidadãos do governo imperial. Ao longo da história do Brasil a educação foi

¹ Ver A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n4/11.pdf>

ganhando significados e papéis diferentes para atender os diversos projetos políticos e interesses.

Por exemplo, durante a ditadura militar o governo brasileiro criou reformas na educação que tinham por objetivo atender o mercado capitalista e a demanda da indústria, formar mão-de-obra como destaca Demerval Saviani (2008). Mas o intuito nesse momento não é analisar as políticas educacionais desse período, e sim como elas são construídas após, como já mencionamos anteriormente.

Pensar a educação e as políticas educacionais brasileiras nas três últimas décadas é importante para compreendermos o estágio que se encontra a educação escolar, suas práticas pedagógicas e as leis que normatizam o ensino no país.

Antes de começarmos a discutir essa questão faz-se necessário esclarecer sobre qual perspectiva se compreende o conceito de políticas públicas. Para Maria das Graças Rua (2009, p.19):

[...] é possível sustentarmos que as políticas públicas (policy) são uma das resultantes da atividade política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos. Levando em consideração a definição acima podemos ainda destacar que as políticas públicas se refletem na vida privada dos indivíduos, mas seu aspecto principal é determinado pelos agentes públicos, sociais e governamentais através das instituições do Estado democrático que governa uma nação. A constituição de 1988, conhecida como constituição cidadã foi um grande avanço no sentido que assegurou a obrigatoriedade da educação básica gratuita sob a responsabilidade da União, Estados e municípios, propôs ainda universalização do ensino fundamental e a progressiva universalização do ensino médio também foi uma conquista valiosa. Como podemos observar em:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para a efetivação desse direito foi necessário a criação de políticas públicas que atingissem a maioria ou a totalidade dos cidadãos brasileiros permitindo o acesso e permanência desses nas instituições escolares. Essas mudanças no campo da educação necessariamente passavam pela construção de escolas públicas e pela formação docente. A Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996 é um marco que consolidou demandas que foram apresentadas por movimentos sociais e estudantis na segunda metade da década de 80. Alguns pontos que envolveram a criação e aprovação da LDB, para compreender melhor o contexto político e social pelo qual o Brasil passava e pensar quais projetos como a

interdisciplinaridade conseguiram se manter ou ser inseridos nessa lei educacional que normatiza o ensino no país.

A interdisciplinaridade foi introduzida no Brasil pela política educacional que vinha sendo estabelecida no final da década de 60, e logo exerceu influência na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases Nº 5.692/71. A partir dessa introdução no Brasil sua presença nos debates e no próprio cenário educacional brasileiro foi intensificado e teve um maior destaque na LDB Nº 9.394/96 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais. A interdisciplinaridade ganhou forças nas escolas com a implantação e novas visões dos educadores que introduziram a prática da interdisciplinaridade em suas aulas.

Se como previsto na LDB a preocupação que aponte na direção da interdisciplinaridade, que as políticas educacionais deveriam ter uma preocupação maior com a interdisciplinaridade entre as ciências, também poderiam auxiliar os professores a respeito das diferentes ferramentas básicas para programar em suas aulas atividades dinâmicas que sejam aproveitadas e retiradas do dia a dia dos alunos na escola ou do convívio social.

1.2 A elaboração da LDB: Caminhos para democratizar a educação interdisciplinar.

Diversos foram os embates e debates que geraram o texto atual da LDB, já nas primeiras versões de texto da LDB se colocava a preocupação com acessibilidade e gratuidade do ensino. Se transferirmos isso para o mundo contemporâneo, conseguimos entender e analisar o caminho que foi trilhado por educadores, sociedade civil organizada e lideranças políticas que culminaram na LDB que conhecemos. Como podemos observar no trecho abaixo:

O texto do primeiro projeto de LDB apresentado a câmara dos deputados em dezembro de 1988 pelo deputado Octavio Elisio: Artigo 4: O direito a educação é assegurado pela instituição de um sistema nacional de educação mantido pelo poder público gratuito em *todos os níveis* (grifo nosso) aberto e acessível a todos os brasileiros. (SAVIANI, 2001, p.43).

O período de redemocratização política no Brasil colocava em voga a garantia dos direitos civis básicos, que notamos nitidamente no texto acima que propõe essa acessibilidade da educação para todos em todos os níveis. No entanto, se na esfera política estávamos experimentando o exercício do novo regime democrático, na esfera econômica existiam

interesses que o neoliberalismo² estava defendendo que iria à contramão da ampliação do papel do Estado.

Com efeito, a orientação neoliberal adotada pelo governo Collor e agora pelo de Fernando Henrique Cardoso vem se caracterizando por políticas claudicantes: combinam um discurso que reconhece a importância da educação com a redução dos investimentos na área e apelos à iniciativa privada e organizações não governamentais, como se a responsabilidade do Estado em matéria da educação pudesse ser transferida para uma etérea “boa vontade pública” (SAVIANI, 2001, p. 230).

Esses conflitos precisavam ser aparados em um texto que fosse capaz de satisfazer os setores sociais, políticos e econômicos. De acordo com Saviani (2001), esse movimento foi realizado muitas vezes de forma sutil com alterações que no primeiro olhar pode parecer insignificante, mas que visto de perto provoca mudanças substanciais. Como é o caso de manter a educação como primeiramente restrita ao ambiente do privado, da família coloca em questão obrigatoriedade de o Estado ofertar ou não determinada modalidade de ensino.

O novo modelo de país que estava se configurando a partir da redemocratização tinha um conceito ideológico neoliberal do que é e para quem é a educação que o Estado irá financiar. Além do discurso do mercado de que o Estado é incapaz de oferecer educação de qualidade a todos os cidadãos. De acordo com Libâneo.

No tocante a educação, a orientação política do neoliberalismo de mercado evidência, ideologicamente, um discurso de crise de fracasso da escola pública, como decorrência da incapacidade administrativa e financeira do Estado gerir o bem comum. A necessidade de reestruturação da escola pública advoga a primazia da iniciativa privada, regida pelas leis do mercado. Desse modo, o papel do Estado é relegado o segundo plano, ao mesmo tempo em que se valorizam os métodos e o papel da iniciativa privada no desenvolvimento e no progresso individual e social (LIBÂNEO, 2003, p.101).

Precisamos analisar o que destaca Saviani (2001) e Libâneo (2003) realizando as associações que esse conceito de educação que o neoliberalismo impôs fortemente no país na década de 90 foi um pilar para as ações desenvolvidas na prática dentro das escolas, uma educação onde o aluno é chamado de “cliente” ou “clientela”, onde as avaliações externas criam ranking e concorrência e não apontam caminhos interdisciplinares para superar as dificuldades do ensino público. Observamos assim, uma educação que acabou se tornando mercadoria e está embutida de conceitos e regras do mercado.

² Sobre esse conceito ver: CROCETTI, Zeno Soares. Geografia do Neoliberalismo. **Revista Interlocutor**. Vol. I, nº 1, p. 01-29, 2004. Disponível em: www.revistaintellecto.cenegri.org.br. Acesso em: 15/10/2019

Conhecer e compreender a interdisciplinaridade são os primeiros passos para que possamos conseguir entender junto aos educadores, instituições de ensino e alunos, quais as formas de se organizar e colocar os projetos em prática, somente com a postura (ou preocupação) da interdisciplinaridade poderemos promover projetos com resultados e com articulações com as demais disciplinas. Para Luck (2001), o estabelecimento de um trabalho de sentido interdisciplinar provoca como toda ação a que não se está habituado, sobrecarga de trabalho, certo medo de errar, de perder privilégios e direitos estabelecidos.

Ainda no que tange as questões postas durante a fase de elaboração da LDB, está à preocupação com a necessidade de criar um Plano Nacional de Educação. Souza (1997) elenca alguns elementos que precisamos entender para aprimorar os debates sobre o PNE na atualidade

Mesmo que haja o PNE muito desses problemas persistem é algo ainda muito latente. A cada governo que se estabelece, a política educacional do país é alterada como se representasse apenas uma bandeira ou um determinado grupo e não os anseios e direitos dos cidadãos que está garantido na legislação. Vemos com grande frequência a troca de programas na área da educação a nível nacional, estadual e municipal, muitas vezes a substituição ocorre sem um estudo de especialistas da área, sem balanço do programa anterior, alguns até tem duração curta, passam como relâmpagos nas instituições escolares sem objetivo definido e sem mostrar resultados.

O atual Plano Nacional de Educação LEI N° 13.005/2014 foi aprovado em 2014 e propõe metas a serem cumpridas até 2024 são vinte metas que versam sobre a expansão do ensino profissional, do ensino superior, aborda também a valorização dos profissionais em educação através do piso nacional e da formação continuada entre outras medidas. Respeito da valorização dos profissionais em educação vale ressaltar que o plano coloca como meta a efetivação do que propõe a LDB 9394/96, como podemos observar:

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (PNE, 2014).

O Plano Nacional de Educação (2014) apresenta treze estratégias para que a meta citada acima possa ser atingida, oferta gratuita de curso de formação continuada, participação em programas internacionais voltados para a educação, concessão de bolsas de estudos para

pós-graduação entre outras. Essas estratégias devem ser implantadas por municípios e estados em parceria com o governo federal que deverá auxiliar a questão estrutural e técnica, destinando os recursos da Educação de acordo com as necessidades levantadas pela equipe de monitoramento.

Mas se pensarmos nas metas e estratégias que foram aprovadas em 2014 dentro PNE, quais delas estão caminhando e quais encontram resistências políticas? porque existe essa resistência de determinados grupos que na maioria das vezes contradizem educadores e os anseios da população. Pensando em preencher a lacuna na elaboração das políticas públicas educacionais que existe até hoje, o distanciamento entre quem elabora os projetos, planos e leis e quem é responsável por colocar tudo isso em prática. Foi proposto um modelo de educação mais participativo. Dentro dessa perspectiva é que analisamos o conceito de gestão interdisciplinar, que no entendimento deste trabalho, na ausência desse princípio, muito dificilmente é possível pensar em uma educação mais plural.

O desafio de uma educação na nova democracia brasileira passa também por democratizar as instituições escolares e a forma de construção das políticas públicas para educação. Fazer com que os espaços de discussão de metas, programas e leis sobre a educação tenha a participação de educadores e da comunidade em geral. Alguns passos estão sendo traçados nesse caminho que ainda se configura como inicial. Mas que seria então a chamada gestão democrática escolar? Para Libâneo:

A gestão da educação e da escola refletia a defesa dos direitos à população usuária (pais, alunos e comunidade local) de participar da definição das políticas educacionais às quais estariam sujeitos. Para esse setor, formar cidadãos para uma sociedade participativa e igualitária pressuporia vivências democráticas no cotidiano escolar traduzidas na presença de mecanismos participativos de gestão na própria escola e nos sistemas de ensino (LIBÂNEO, 2003, p.73).

Observa-se acima a definição de gestão democrática segundo o chamado primeiro setor que debatia como isso seria pautado na Comissão que discutia nova constituinte (1987-1988), esse grupo estava ligado aos movimentos sociais e sociedade civil, no entanto também havia o chamado segundo setor que representava o interesse do setor privado, e defendia a limitação dessa participação de modo que pais e funcionários estariam participando de questões decisórias somente no âmbito da escola em que tinham vínculo e em momentos determinados.

Com isso nota-se o embate ideológico que marca o início de uma nova forma de gestão nas escolas, nos dias atuais tem as eleições de diretores para algumas escolas, a

constituição de grêmios estudantis, conselho de classe com participação de alunos, associação de pais e mestres, colegiados, assembleias abertas para comunidade, projetos de extensão entre outros mecanismos de construção da gestão democrática dentro da escola. Portanto, cabe destacar que algumas instituições escolares ainda relutam em implantar esses mecanismos de participação mais efetiva da comunidade, ou muitas vezes eles existem somente nos documentos. E as justificativas são inúmeras, a questão de tempo, organização, espaço e até mesmo de conscientização da população de que a escola é uma instituição pública e aberta.

A orientação para o enfoque da interdisciplinaridade na prática pedagógica de ensino implica romper os hábitos e acomodações geradas nas rotinas escolares, busca por algo novo e desconhecido. É certamente um grande desafio para o educador se habituar esse novo processo de ensino. Pois de fato muitos professores e escolas praticam a interdisciplinaridade porém não se compreende muito como ela é aplicada no cotidiano escolar, ocasionando um distanciamento entre professores e a interdisciplinaridade, que é fundamental para o ensino de qualquer disciplina.

Para Ivani Fazenda (1979), a introdução da interdisciplinaridade implica simultaneamente uma transformação profunda da prática pedagógica, um novo tipo de formação de professores e um novo jeito de ensinar.

Desta análise do ambiente escolar destacam a necessidade de a interdisciplinaridade estar envolvida desde o início do processo de formação e ambiente escolar para que possamos elencar o papel do corpo docente e alunos com a participação dos pais e comunidade local no ambiente da escola.

1.3 Interdisciplinaridade e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Na educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental e, sobretudo, para o Ensino Médio, frisam a necessidade da interdisciplinaridade no ambiente escolar, tanto no ensino quanto na aprendizagem escolar do aluno. Nesse sentido, a interdisciplinaridade é um requisito para a formação de atuais e dos futuros alunos. A interdisciplinaridade é tomada como reformadora e inovadora no âmbito de se trabalhar temáticas que antes pareciam distantes uma da outra. Constitui a solução para o distanciamento dos conteúdos em relação à realidade vivida pelos alunos.

Os esboços preliminares dos PCNs foram construídos no ano de 1995, mas as versões finais foram divulgadas apenas entre 1997 e 1999. Essa situação chama a atenção no sentido de compreender de que forma ocorre a apropriação do princípio da interdisciplinaridade nas políticas sociais, especialmente nas políticas educacionais, cuja centralidade, atribuída à interdisciplinaridade, está expressa nos PCNs.

O nosso interesse pelo campo das políticas públicas e o fato delas serem norteadoras para a educação do nosso país. Ao mesmo tempo que, desenvolvemos o entendimento de que a diferença dos conceitos de interdisciplinaridade está para além da discussão do conceito em si, residindo, substancialmente, nas diferentes teorias e matrizes do pensamento vinculadas aos conceitos vividos por cada um no decorrer de seu aprendizado, e também nos diferentes significados de veio social, econômico, político e cultural que revestem os conceitos relacionados à interdisciplinaridade na educação e no convívio social.

Esse entendimento desenvolveu-se à luz do resgate de algumas vertentes de discussão da interdisciplinaridade, a saber, a vertente humanista, a vertente social-crítica e a vertente da complexidade (PORTO & ALMEIDA, 2002).

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzidos por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles, ela questiona a visão compartimentada disciplinar da realidade em qual o aluno está inserido e sobre a qual a escola está inserida, tal como é conhecida, historicamente se constituiu desta maneira e de que formar ela inseri o seu aluno. Refere-se, portanto, a uma relação de analisar profundamente onde e de que maneira o aluno está conectado com a escola e o que acontece após a escola entre disciplinas segundo os PCNs do Ensino Fundamental (1997).

Até mesmo os PCNs reconhecem as dificuldades de implantação de propostas interdisciplinares, a organização por disciplinas, como se não tivessem nada a ver umas com as outras é somente parte desse problema, estas consequências partem pela falta de planejamento de estados e municípios em querer utilizar a interdisciplinaridade como um de seus princípios norteadores na inclusão de seus planos de ensino, e trazendo consigo o cotidiano escolar.

As propostas curriculares oficiais dos Estados estão organizadas em disciplinas e/ou áreas. Apenas alguns Municípios optam por princípios norteadores, eixos ou temas, que visam tratar os conteúdos de modo interdisciplinar, buscando integrar o cotidiano social com o saber escolar (PCN, 1997, p. 41).

Os PCNS têm como objetivo a integralidade e dar direito ao garantir o acesso ao ensino e aprendizado dos alunos em condições sociais e econômicas desfavoráveis ao usufruir do acesso ao ensino e aprendizado, deste modo às crianças e jovens que estão inseridos no âmbito escolar possam exercer o seu papel de cidadão com seus direitos a educação protegidos por lei.

O aluno vive num mundo de fatos regidos pelas leis naturais e está imerso num universo de relações sociais com inúmeras especificidades, um exemplo são alunos que moram longe da escola e precisam enfrentar horas e horas dentro de um ônibus para chegar à escola. O aluno está exposto a informações cada vez mais acessíveis e rodeado por novos questionamentos cada vez mais diversificados e produzidos através do aprendizado em sala de aula e em seu cotidiano. Está exposto e ciente das leis que dão direito ao ensino e aprendizado escolar, e a escola como um todo deve se adequar a este novo universo que o aluno está inserido, a partir deste ponto a inteiração da escola com os PCNs é fundamental para que possamos obter uma análise mais aprofundada de como a escola utiliza os PCNs utiliza com seus alunos em seu aprendizado.

Investir teórica e praticamente no ensino escolar, em suas múltiplas facetas, é, pois, investir nas formas de promoção da democracia, da vida, da justiça e da igualdade social, considerando-se seu âmbito peculiar de atuação ao lado de outras instâncias sociais, econômicas, políticas, culturais (STEFANELLO, 2009, p. 20).

1.4 A BNCC e a Interdisciplinaridade.

Já na BNCC, as temáticas e habilidades apresentadas na disciplina de geografia sinalizam preocupação maior apenas com o conteúdo deixando em prejuízo o método, inclusive a interdisciplinaridade foi tratada no documento de forma sucinta. Neste cenário se instala uma preocupação e percebe-se que uns dos principais documentos norteadores do currículo básico escolar está em deficiência nos princípios pedagógicos que utilizam na fundamentação pedagógica que é a prática de método de ensino a ser adotado pelo professor, a respeito da aplicação da interdisciplinaridade em sua construção de conhecimento que sempre esteve presente em documentos norteadores de ensino. A interdisciplinaridade é base fundamental para os currículos não só escolares, mas de um entendimento de um todo de um conteúdo a fragmentação de uma determinada disciplina ou uma temática a ser estudada.

A chamada crise das ciências tem sido proclamada por muitos, em diversas escolas de pensamento em diferentes países. Fala-se em crise de teorias, de

modelos, de paradigmas, e o problema que resta a nós educadores é o seguinte: É necessário estudar-se a problemática e a origem dessas incertezas e dúvidas para se conceber uma educação que as enfrente. Tudo nos leva a crer que o exercício da interdisciplinaridade facilitaria o enfrentamento dessa crise do conhecimento e das ciências, porém é necessário que se compreenda a dinâmica vivida por essa crise, que se perceba a importância e os impasses a serem superados num projeto que a contemple. (FAZENDA, 1994, p. 14).

Isso causa uma grande deficiência nos ensinos tanto de geografia quanto em outras disciplinas, uma vez que a BNCC é um documento norteador da educação que propõe e elenca quais são as competências e suas habilidades a serem aplicadas no âmbito escolar. Segundo Morin (2005), o saber fragmentado que nós levamos no corpo, encontra hoje realidades e problemas, questões transversais, planetárias e globais. Questões essas com uma instabilidade geral unida a incapacidade de resolver.

Passa-se de uma relação pedagógica baseada na transmissão do saber de uma disciplina ou matéria, que se estabelece segundo um modelo hierárquico linear, a uma relação pedagógica dialógica na qual a posição de um é a posição de todos. Nesses termos, o professor passa a ser o atuante, o crítico, o animador por excelência (FAZENDA, 1979, p.48-49).

Em Análise do material da BNCC, documento este da análise disponível no site do MEC, Estudo de análise da BNCC, Versão Final - Brasil, 2018, observa-se o seguinte recorte, como se verifica na figura1:

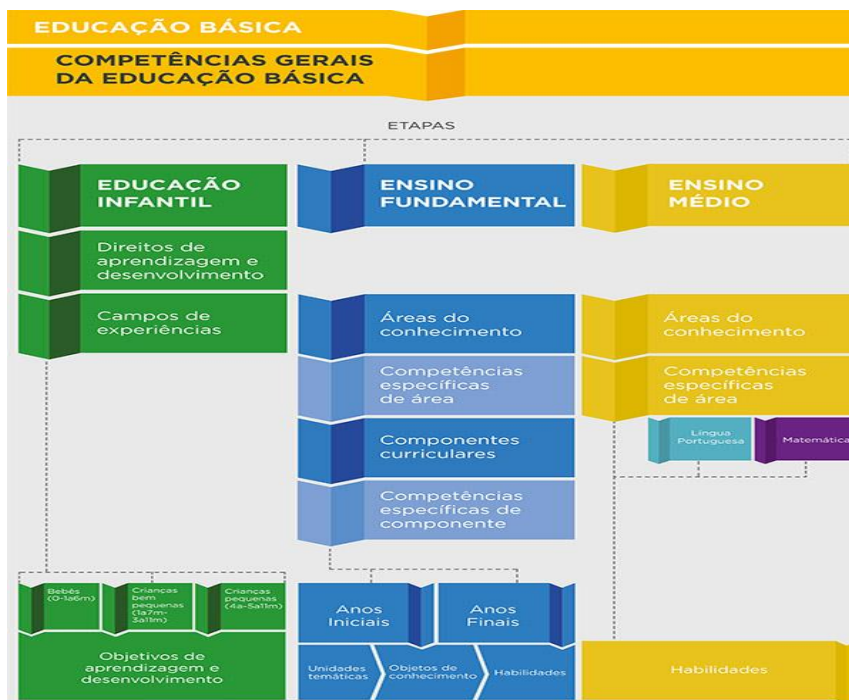


Figura 1: Estudo de análise da BNCC, Versão Final - Brasil, 2018.

Analisando o documento aponta mudanças no que tange à finalidade da educação, que tem sua esfera de direitos de aprendizagem e desenvolvimento substituídos por competências gerais. Além disso, não se pode deixar de notar que o item Temas Integradores, que possibilitava a articulação entre os eixos disciplinares e as outras áreas do conhecimento foi modificado. Na versão final menciona que cabe aos sistemas de ensino incorporar aos currículos temas contemporâneos de forma transversal e integradora, modificando a forma de se aplicar e interação das disciplinas no ensino.

De modo geral, a interdisciplinaridade, esforça os professores em integrar os conteúdos da história com os da geografia, os de química com os de biologia, ou mais do que isso, em integrar com certo entusiasmo no início do empreendimento, os programas de todas as disciplinas e atividades que compõem o currículo de determinado nível de ensino, constatando, porém, que, nessa perspectiva não conseguem avançar muito mais (BOCHNIAK, 1998, p. 21).

A fim de ilustrar um dos poucos momentos em que se verifica a interdisciplinaridade como princípio metodológico na BNCC, é na unidade que fala das temáticas dos Números, presente no componente curricular da disciplina de Matemática, considera-se o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos e a rentabilidade dos juros, inflação e liquidez de um investimento de capital.

Outro momento que a BNCC aborda questões interdisciplinares é nas ciências humanas, porém ela não segue uma vertente correlacionando com outras ciências a não ser da área de humanas. Esta é a única vez em todo o documento que questões deste tipo, que promovem o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, aparecem como possível contexto para ampliar e aprofundar conceitos da realidade vivida pelo aluno no seu cotidiano.

Segundo Freitas (2017), deve haver uma BNCC que seja referência para o país, produto de sua visão de nação diversa, o que é muito diferente de fazer um “catálogo” de competências e habilidades. As situações educacionais levantadas neste documento precisam de fato ser analisadas, questionadas e estudadas.

As análises nos fazem pensar porque as ciências humanas não são aprofundadas em suas fundamentações quanto disciplina na BNCC, pois as mesmas modificam seres pensantes que durante a aprendizagem podem levantar questionamentos sobre o comportamento da

sociedade como políticas públicas a respeito da economia política e educação no meio em que o indivíduo está inserido.

[...] sinalizar percursos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes
[...] Para que possa cumprir este papel, ao longo da educação básica serão mobilizados recursos de todas as áreas de conhecimento e de cada um de seus componentes curriculares, de forma articulada e progressiva, pois em todas as atividades escolares aprende-se a se expressar, conviver, ocupar-se da saúde e do ambiente, localizar-se no tempo e no espaço, desenvolver visão de mundo e apreço pela cultura, associar saberes escolares ao contexto vivido, projetar a própria vida e tomar parte na condução dos destinos sociais (BRASIL, 2015, p. 8).

Ao fazer uma análise crítica construtiva no documento norteador da educação que trata de interdisciplinaridade somente nas questões de ensino das ciências exatas podemos destacar então um preconceito a outras áreas das ciências.

Se ela é um documento norteador, se esse documento não definiu a interdisciplinaridade como um princípio, isso pode apontar algumas negligências com as diferentes áreas das ciências.

[...] oposição à alienação da Academia às questões da cotidianidade, às organizações curriculares que evidenciam a excessiva especialização e a toda e qualquer proposta de conhecimento que incitava o olhar do aluno em uma única, restrita e limitada direção [...] (FAZENDA, 1999, p. 19).

Cabe os educadores participarem efetivamente das elaborações de políticas públicas e cobrar de nossos legisladores uma participação mais efetiva de estudiosos das áreas de ciências humanas e exatas para obtermos um resultado por igual na elaboração do documento.

Decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem (BRASIL, 2018, p.16).

Durante as análises, o que se destaca nas colocações discursivas da BNCC que se constituem através textos do documento, são as contradições, distorções e ausências que colocam uma fragilidade, inclusive na sua implementação sob risco. Tamanha a fragilidade de textos que apesar de normativos, pouco potencial diretivo tem, o que denota um esvaziamento de seu poder de operar em favor de uma educação de qualidade e currículo escolar democratizantes, cedendo lugar a uma perspectiva instrumental e alinhada do ensino com os interesses do mercado global de números e índices (SILVIA; ALMEIDA, 2018).

Nesse contexto, observa-se que a formação integral, proposta na BNCC, que preconiza a valorização não só do cognitivo, mas também do socioemocional, esbarra em equívocos ligados aos indicadores de qualidade e à demanda do mercado, corroborando para que este documento que não dialoga com as necessidades reais da educação brasileira, não produza efeitos significativos e eficazes.

CAPÍTULO II

A CONTRIBUIÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE

2.1 Para Repensar a Ciência e o Conhecimento Interdisciplinar

A interdisciplinaridade geralmente se refere à união de forças por dois ou mais campos acadêmicos do conhecimento. A interdisciplinaridade entrou no uso e na linguagem comuns, particularmente em humanidades e ciências sociais. As fronteiras disciplinares vêm corroendo não apenas nas ciências sociais, mas também entre as ciências naturais e sociais. Os vínculos interdisciplinares entre ciências sociais e ciências são agora apropriados, particularmente na pesquisa ecológica e ambiental, ou seja, várias questões exigem e pressionam os limites para permitir múltiplas visões de diferentes perspectivas disciplinares (YARED, 2008).

A falta de interdisciplinaridade de um professor ou em um determinado campo pode ser vista como indicativa de mente estreita e repulsa a novas ideias no aprendizado de seus alunos. Essa visão também prevalece no ensino de geografia nas escolas. A importância da interdisciplinaridade na geografia, como em outras disciplinas, é enfatizada há muito tempo.

Vivemos agora em uma era que necessitamos de disciplinas interdisciplinares, fazendo com o que as atividades sejam conectadas com o aprendizado e realidade do aluno, o que significa que os limites das atividades e dinâmicas estão sendo limpas e não há limites fixos, estáticos e imutáveis. A interdisciplinaridade significa que duas ou mais disciplinas convergem em alguns temas, fenômenos ou eventos combinando visões diferentes em um determinado contexto, visando obter resultados mais frutíferos.

Uma das principais razões da abordagem interdisciplinar são os efeitos do pós-estruturalismo, pós-modernismo, teoria crítica, teoria social, teoria feminista e muitas outras teorias, paradigmas e movimentos nas ciências sociais ou mais precisamente na ciência totalmente. Esses movimentos tendem a afastar fronteiras, tornando a comunicação mais fluída entre disciplinas e pesquisadores (YARED, 2008 p. 21).

Além disso, eles complementam e alimentam inclinações interdisciplinares com as percepções recolhidas através deles. São esses movimentos que nos levam a falar de interdisciplinaridade e até pós-disciplinar que significa que linhas de disciplina concretas não existem ou tendem a apagar ou são mitos ou ficção. O mundo pós-moderno é aquele em que a racionalidade, e o método científico podem ser as certezas de um mundo moderno (YARED, 2008).

Portanto, movimentos semelhantes, como pós-modernismo, pós-estruturalismo e similares rejeitam limites, linhas ou limites estritos e esses movimentos veem os limites como obstáculo para a sociedade e ciência, conforme informaram sobre suposições filosóficas e teóricas e marcos interpretativos / construtivistas para pesquisas.

É o caso de todas as formas de teorização. O mais importante é até que ponto uma abordagem é útil para uma disciplina ou em um determinado contexto. Portanto, isso implica que a abordagem interdisciplinar traz consigo alguns riscos. Esses riscos podem ser recapitulados como segue: A falta de orientação disciplinar pode dificultar o recebimento de financiamento para uma determinada disciplina no âmbito de aplicação de um projeto pedagógico, por tratarem a interdisciplinaridade como uma intrusa na articulação com outra disciplina; os principais valores da disciplina podem desaparecer e novas ideias podem não ser adotadas sempre com facilidade considerando aspectos positivos e negativos da interdisciplinaridade na ciência, há uma tendência positiva, a interdisciplinaridade conduz ao aluno interpretar a disciplina como é sua realidade com outros horizontes. Cabe ressaltar que a interdisciplinaridade é um fenômeno promissor na promoção do pensamento científico e teorização. Ao levar em consideração os valores fundamentais da disciplina, podemos e devemos estar mais abertos à interdisciplinaridade não importa qual disciplina em que estudamos.

A escola deve ser um lugar onde eles fazem a transição dos processos adquiridos no cotidiano para abordagens científicas que envolvem uma objetivação crítica e bem considerada de ações que são realizadas de forma sistemática e explícita: comunicação, conceitualização, resolução de problemas e experimentação.

Para abordar apenas esse último processo, é preciso fazer uma distinção entre dar uma opinião e conduzir um experimento. É por isso que tentativa e erro, e esforços empíricos de compreensão, são um ponto de partida que deve ser movido além de uma perspectiva integrativa. A perspectiva interdisciplinar exige precisamente o uso inter-relacionado de vários processos científicos (BARROS, 2010).

Segundo Barros (2010) a ação do aluno é, portanto, um ponto de partida, mas também um obstáculo. A educação deve, de fato, focar na necessidade de apreender um sujeito que é "capaz", que pode dizer "eu posso" ou "não posso", e não apenas assuntos epistemológicos que "sabem", que dominam o conhecimento e que posso dizer "eu sei" "Ou" eu não sei". A interdisciplinaridade carrega essa concepção de um vínculo inseparável entre cognição e ação funcional, "pois" eu posso "se" "eu sei".

Outra contribuição da interdisciplinaridade no conhecimento tem a ver com a necessidade de complementaridade e sobreposição nos processos científicos a que acabamos de nos referir. Em vez de ingenuamente ou inconscientemente - ou negativamente - empregando apenas a solução de problemas, a interdisciplinaridade pode (entre outras coisas por meio de uma abordagem baseada em problemas ou em projetos) apoiar o desenvolvimento de processos integrados de aprendizagem (BARROS, 2010).

É capaz de fazê-lo através do uso de várias abordagens exigidas pela complementaridade necessária de diversas perspectivas disciplinares, nomeadamente conceitualização, solução de problemas, comunicação, experimentação e outras abordagens. Também enfatiza o fato de que a problematização é central para um processo de ensino / aprendizagem e que as diferentes abordagens científicas são processos cognitivos que, ao estarem integrados, devem, por si só, ser um objeto de aprendizado. Portanto, é impossível, por exemplo, produzir um protocolo de experimento sem antes ter conceitualizado os componentes do experimento; e os resultados, por sua vez, exigem uma abordagem comunicacional entre essas diferentes áreas das ciências.

2.2 A Presença da Interdisciplinaridade no Ensino de Geografia

Da mesma forma, a geografia pode ser vista como de natureza sintética, portanto, uma disciplina que abrange uma gama muito diversificada de abordagens filosóficas e conhecimento de diferentes áreas das ciências.

Observe que teorias, paradigmas e abordagens transcendem os limites da disciplina, portanto, não podem ser enquadrados apenas em uma disciplina como o caso da geografia também e isso restringiria absolutamente nossa mente e ponto de vista (OLIVEIRA, 2015 p. 6).

Entretanto existem diferentes subdivisões na geografia. A geografia política, por exemplo, é uma subdivisão da geografia humana e tornou-se mais interdisciplinar, e mais dinâmica se conectando com as outras esferas da geografia humana, como as análises sociais que a geografia política se interage no âmbito social. Essa subdisciplina também se baseia fortemente na economia, relações internacionais, ciências políticas e estudos culturais e sociais. Reorienta-se com novos entendimentos e teorias.

Além dos limites da geografia política, mas também os limites da disciplina. Como, por exemplo, também, a aprendizagem da geografia quando se trata de uma cidade turística, pois o turismo nem sempre faz parte do cotidiano da vida das pessoas que vivem nestas cidades, em algumas ocasiões muitas pessoas nem se quer conhecem os pontos turísticos de suas cidades, ficando explorada somente por pessoas que trabalham diretamente com o turismo. Tudo indica que a geografia deve ampliar em suas visões para permitir diversas teorizações e práticas multidisciplinares no ensino e aprendizagem escolar explorando os aspectos de vivência de cada aluno, pois as realidades podem ser diferentes em uma mesma cidade.

Não é suficiente usar a palavra "interdisciplinaridade" por uma determinada prática corresponder com precisão ao conceito. O conceito de interdisciplinaridade recebe múltiplas significações que criam confusão semântica, para dizer o mínimo, e finalmente práticas que não são tão interdisciplinares.

Do outro lado do espectro, a abordagem hegemônica, na qual certas disciplinas são, de fato, apenas um pretexto para o ensino de outras disciplinas, pode ser explicada pela prioridade que certos professores atribuem ao ensino da linguagem da instrução de uma disciplina. A abordagem oposta, que é profundamente destruidora, já que, percebe o conteúdo da aprendizagem como uma música do qual se pode escolher aleatoriamente, também é comumente observada nas práticas de ensino (BOCHNIAK, 1992).

O discurso sobre interdisciplinaridade, portanto, oculta práticas marcadas com mais frequência pela primazia de certas disciplinas socialmente valorizadas e uma diluição do conhecimento socializado das disciplinas "secundárias", em prol de ganhar tempo para o ensino das disciplinas primárias. Entre muitos outros resultados, destacamos a forte hierarquia

das disciplinas escolares. As razões não são principalmente relacionadas à escola, mas sociais, políticas e ideológico-econômicas.

A importância das disciplinas, no entanto, não depende a priori do discurso do governo, que também é influenciado pela pressão de lobbies e grupos sociais. Sua importância depende do valor que a sociedade e as instituições realmente atribuem a eles. Além disso, pode-se supor que o uso de práticas "interdisciplinares" pelos professores se baseie em duas preocupações principais: primeiro, ganhar tempo durante as aulas ou até mesmo no desenvolvimento de projetos interdisciplinares e, segundo, aumentar o interesse e a motivação dos alunos por meio de projetos ou abordagens temáticas que tragam aos alunos uma realidade completamente diferente. As contribuições cognitivas acabam recebendo pouca consideração (FIGUEIREDO, 2011).

Em outras palavras, elas são simples e úteis porque se baseiam apenas em alguns princípios geradores fortemente inter-relacionados e impõem a estruturação de fora (e a estruturação dentro) da ação. Em suma, essa lógica - que associamos ao mundo do senso comum - pode ser facilmente dominada, gerenciada e posta em prática, exigindo assim pouco tempo e energia.

Em contraste com essas interpretações diferentes e mais ou menos assimétricas, consideramos que a interdisciplinaridade escolar postula o estabelecimento de dependência mútua, livre de predominância ou negligência, entre os sujeitos da escola. Essa postura epistemológica, social e política levam a uma leitura diferente dos componentes curriculares, baseada na busca da identidade específica de cada disciplina (seu lugar e função nos níveis cognitivo e social), bem como na complementaridade de conteúdos que é necessário para apreender, comunicar e se relacionar com a realidade natural, humana e social (PAVIANI, 2008).

Devido a suas características específicas, esse tipo de interdisciplinaridade exige que o conhecimento resultante de diferentes disciplinas escolares seja explicitamente tratado para possibilitar a aprendizagem de geografia em conexão com várias situações de aprendizagem (problemas, projetos, questões científicas ou societárias atuais da sociedade etc.). Em suma, é importante levar em consideração os propósitos e as identidades específicas das disciplinas escolares em qualquer abordagem interdisciplinar em sala de aula.

É por isso que a interdisciplinaridade escolar não pode, em circunstância alguma, ser um fim em si mesmo: no nível educacional, não se pode mais interpretar a interdisciplinaridade sem se referir ao conceito de integração. Isso ocorre porque seu objetivo

é permitir que os alunos desenvolvessem processos cognitivos integrativos, e a geografia tem grande potencial para fazer essa integração cognitiva do conhecimento adquirido. Consideramos, portanto, que a noção de integração deve incluir uma visão dinâmica e construtiva da aprendizagem, que seja significativa e exija o uso de elementos cognitivos de diferentes disciplinas escolares, bem como processos científicos complementares e inter-relacionados. Além disso, requer a realização de um conjunto de princípios que garantam a prossecução de objetivos complexos, mas acessíveis aos alunos, graças à mediação de professores (FIGUEIREDO, 2011).

Também deve ser enfatizado que os currículos de ensino sofreram mudanças substanciais nas últimas décadas. Mais importante ainda, eles se abriram para questões diretamente relacionadas às preocupações sociais, como, saúde, educação, educação ambiental e outros tipos de educação. Além disso, os currículos de hoje enfatizam uma forte contextualização das situações de ensino-aprendizagem, para enraizá-las em realidades experientes. Essas necessidades pragmáticas e / ou culturais (práticas sociais de referência) exigem, conseqüentemente, interdisciplinaridade (FIGUEIREDO, 2011).

No ensino básico, é importante definir que a interdisciplinaridade colocando o foco nos processos de aprendizagem, ou seja, levando em consideração sua função transversal. A interdisciplinaridade na escola reside principalmente na transferência de conceitos, métodos, procedimentos, modelos cognitivos etc., de um campo disciplinar para outro. Por exemplo, isso pode ser a transferência do conceito de força do campo da ciência geografia para o das ciências exatas, ou a transferência da competência de escrever um texto informativo na linguagem da instrução para escrever um relatório de experimento na ciência (WADSWORTH, 1997).

A ideia é uma mobilização transversal que se desenrola no contexto de um projeto, que é especialmente apoiada pela abordagem baseada em competências. Esse “nomadismo”, no entanto, e especialmente no ensino médio, requer iluminação histórica e epistemológica para esclarecer a migração que ocorreu, bem como os impactos cognitivos relacionados e as mudanças no significado que estão envolvidos. É por isso que o processo deve ser supervisionado de perto pelo professor ou, melhor ainda, por um grupo de professores (FIGUEIREDO, 2011).

Também atribuímos que a interdisciplinaridade leva em conta os conhecimentos e práticas de senso comum que acompanham as formas de pensar e agir na vida cotidiana; o que é necessário é ancorar as situações de ensino-aprendizagem na complexidade da

vida. Quando, além dos vínculos interdisciplinares, os processos de ensino-aprendizagem se baseiam em práticas de senso comum usadas na vida cotidiana (conhecimento disciplinar, rotinas, maneiras de fazer as coisas, experiências de vida, conhecimento baseado em ações, etc.) - por apoiar esses processos e construir o sentido da ação - descreve esse tipo de interdisciplinaridade como novas práticas de ensino e aprendizado. Portanto, nessas atividades de ensino-aprendizagem, encontramos mais do que interdisciplinaridade, encontramos a realidade vivida e sentida (FIGUEIREDO, 2011).

Wadsworth (1997) ressalta que Piaget propõe quatro fatores importantes para o desenvolvimento cognitivo do ser humano: a maturação, a experiência ativa, a interação social e o processo de equilibração. Todo aprendizado requer esses quatro componentes intimamente relacionados, sem os quais nem processos integrativos nem a integração do conhecimento seriam possíveis. Negligenciar o componente teórico leva a deixar de fora o conteúdo cognitivo e sua integração; negligenciar o componente metodológico, deixar de fora os processos de aprendizagem (processos operacionais integrativos); negligenciar o componente instrumental, deixar de fora as ferramentas necessárias para programar esses processos; e negligenciar o componente crítico, deixando de fora a capacidade de se distanciar de uma realidade estudada para entendê-la.

Deve-se ter em mente que a principal missão da educação básica (do ensino fundamental e do ensino médio é educar indivíduos capazes de viver e encontrar realização na sociedade, ao mesmo tempo em que é capaz de entender o mundo em que vive e ser capaz de agir). de uma maneira pensada e crítica. Como resultado, mesmo que precisem se adaptar às realidades e exigências de nossos dias, os currículos das escolas não devem cair em um utilitarismo individualista exacerbado na tentativa de proporcionar às jovens gerações uma educação humana e social básica, pelo contrário, que seja rica diversificada e aberta. Em suma, devemos conceber a educação dos jovens de uma perspectiva emancipatória e acreditamos que as abordagens Inter-relacionadas e interdisciplinares podem contribuir significativamente para alcançar esse objetivo.

A interdisciplinaridade se realiza como uma forma de ver e sentir o mundo, de estar no mundo, de perceber, de entender as múltiplas implicações que se realizam, ao analisar um acontecimento, um aspecto da natureza, isto é, os fenômenos na dimensão social, natural ou cultural. É ser capaz de ver e entender de forma holística, em sua rede infinita de relações em sua complexidade (OLIVEIRA et al, 2015).

A interdisciplinaridade surge com a urgência de preocupação com o meio ambiente, e questões disciplinares não são suficientes para resolvê-lo. Segundo Oliveira et al. (2015, p. 12), “a interdisciplinaridade e, de fato, todas as outras formas de inovação, devem ser vistas do ponto de vista de sistemas educacionais inteiros, permitindo assim que os desafios sejam enfrentados”.

Assim que a interdisciplinaridade deve ser levada à questão educacional, refletindo sua introdução na estrutura do estudo da educação escolar, desenvolvido com base em uma análise do conhecimento científico.

Na análise da literatura recente, a interdisciplinaridade está diretamente relacionada à sustentabilidade, e isso pode ser estudado em vários níveis educacionais. Yared (2008) propõe que “a interdisciplinaridade deve ser aplicada a estudantes de cursos de origens diferentes”, considerando a educação interdisciplinar para o desenvolvimento sustentável, onde os alunos devem ser incentivados a combinar conhecimentos de diferentes disciplinas, a fim de avançar na compreensão e nas questões de desenvolvimento sustentável.

Na visão de ambos, a interdisciplinaridade e colaboração são palavras-chave para mudança no século XXI. Ambos, no entanto, enfrentam desafios em todo o sistema de educação, desde políticas administrativas e fórmulas orçamentárias até culturas disciplinares de pesquisa e educação.

Com tanta especialização das disciplinas, a busca pela interdisciplinaridade cai no campo complexo e burocrático. A interdisciplinaridade precisa de um enorme esforço para ser “alcançada” e há pouco discutido na literatura sobre práticas e o modo como ocorre à interdisciplinaridade no recinto escolar.

Segundo a perspectiva dos autores Yared (2008, p.165) e Oliveira et al (2015, p.12) “a interdisciplinaridade é considerada a melhor maneira de abordar tópicos práticos de pesquisa, e estudos sobre interdisciplinaridade, de todas as perspectivas possíveis, são cada vez mais necessários”, para uma melhor compreensão do complexo e o que pode ser necessário para o desenvolvimento sustentável da inserção da interdisciplinaridade na prática de ensino.

A visão sistêmica se torna importante nesse contexto, e os autores corroboram ainda que “a aprendizagem mútua baseada no mundo real casos requerem um ponto de vista interdisciplinar”. A resolução do complexo dilema do desenvolvimento sustentável requer outros atributos, como capacidade criativa, habilidades sociais e habilidades específicas de comunicação para lidar com a transformação dinâmica, e essas lições devem ocorrer na sala de aula.

À medida que as questões que abrangem várias disciplinas acadêmicas, das ciências naturais às ciências sociais e humanas, a interdisciplinaridade se tornou uma ideia central para dominar a ciência da sustentabilidade.

A escassez do tema da inovação tecnológica educacional pode ser um sinal preocupante da fragmentação da pesquisa e da necessidade de aumentar os esforços para promover a interdisciplinaridade.

A pesquisa interdisciplinar é amplamente considerada uma estufa para a inovação e a única abordagem plausível para problemas complexos. O problema desse assunto é a questão do financiamento de estudos interdisciplinares, que muitas das vezes são direcionados a uma determinada disciplina não podendo com outra disciplina, sendo assim prejudicial para a interdisciplinaridade no âmbito de pesquisas.

Para projetar uma educação interdisciplinar, são necessárias algumas variáveis, como a escolha do problema, o nível de interação entre diferentes disciplinas e o alinhamento construtivo. No entanto, é difícil operacionalizar a interdisciplinaridade na ausência de uma definição das disciplinas.

A pesquisa interdisciplinar envolve outros aspectos como política pedagógica e epistemologia. Ela surge no contexto da compreensão de questões contemporâneas, além das fronteiras disciplinares, a fim de entender a complexidade dos problemas atuais, enfocando questões metodológicas (JAPIASSU, 1976), (FAZENDA, 1979).

É um processo de diálogo entre geografia e outras disciplinas estabelecidas em sua identidade teórica e metodológica, mas que respeitam o conhecimento produzido por outras pessoas, reconhecendo seus próprios limites, confrontando campos disciplinares para alimentar um problema central sem exigir distanciando-se de suas próprias perguntas. Não deve haver uma hierarquia entre as disciplinas - deve haver uma alimentação mútua para gerar novas perguntas, abordagens e resultados (FAZENDA, 1996).

Não é possível desenvolver uma compreensão e um pensamento geográfico complexo apenas com a justaposição das disciplinas, e somente pelos professores em sala de aula. É necessário resgatar a importância do “outro” na construção do conhecimento sem desconsiderar as mudanças sociais, entendendo a realidade atual. Além disso, deve haver uma dinâmica de estudos, no sentido de promover a interação dos indivíduos com o objetivo de trocar informações entre os professores para criar um currículo adequado e abrangente.

Além do desenvolvimento de novos saberes, a interdisciplinaridade na educação favorece novas formas de aproximação da realidade social e novas leituras das dimensões socioculturais das comunidades humanas. [...] O processo interdisciplinar desempenha papel decisivo para dar corpo ao sonho de fundar uma obra de educação à luz da sabedoria, da coragem e da humildade. [...] A lógica que a interdisciplinaridade imprime é a da invenção, da descoberta, da pesquisa, da produção científica, porém gestada num ato de vontade, num desejo planejado e construído em liberdade (FAZENDA, 2002, p. 14, 18, 19).

A Geografia do Turismo, Geografia do Solo, Geografia Econômica, Hidrografia, Geografia Industrial, Geografia da Vegetação e muitas outras áreas da geografia no recinto escolar são amplamente baseadas em conhecimento descritivo obsoleto dos livros didáticos bastante desatualizados, nome e local de memorização, ausência de estrutura filosófica e teórica adequada, abstenção de novidade. Essa perspectiva sombria de aulas somente por livros didáticos sem a presença da interdisciplinaridade deve ser superada com a inserção de aulas interdisciplinares e com educadores que trabalhem com aulas dinâmicas, como aulas de campo trazendo outra realidade de ensino e aprendizado para os alunos.

Este não é o resultado do desconhecimento dos últimos desenvolvimentos em ciência e educação, mas a resistência de alguns educadores no sistema de educação.

O mesmo ciclo repetitivo está novamente em vigor, concentrando-se na aprendizagem mecânica, livros didáticos obsoletos longe de serem atualizados, estritamente nos limites disciplinares protegidos. Apesar da natureza mutável da geografia, ela é quase tratada como imutável e é especialmente válido para as aulas de geografia em algumas escolas.

Embora lugar/espço e as interações humanas estão se tornando temas centrais da disciplina, eles não encontraram espaço suficiente para tratar eles corretamente. Geografia regional e Geografia industrial evocam o entendimento geográfico da primeira parte do século vinte (OLIVEIRA, 2015 p. 12).

A Geografia nas escolas por sua vez tenta refletir o pensamento atual, limitando-se geralmente à cidade. E em alguns momentos se distanciando dos tipos de assentamentos rurais e a presença de alunos que ali tem uma realidade totalmente diferente daqueles alunos da cidade. É urgente incluir tendências de mudança impactadas nos assentamentos rurais e movimentos populacionais das áreas rurais com mais concretude, nos livros didáticos estas questões muitas vezes nem são tratadas.

A geografia agrícola é outra ênfase que precisa ser aprimorada nos livros. Este conteúdo, pelo menos, como é mostrado nos manuais com abordagens clássicas centradas

principalmente em tipos de agricultura, culturas nas quais o solo e o clima. Muitas vezes são trabalhados individualmente, como se na realidade houvesse essas divisões, sem falar na relação de todos esses conteúdos com as questões econômicas e sociais que o aluno está inserido. Assim destacamos a importância da interdisciplinaridade no ensino de geografia, que poderia agregar todas as questões.

A geografia possibilita introduzir novas perspectivas de pensamento. É preciso que se faça mudanças consideráveis em livros didáticos, seleção de cursos e ensino, conteúdo e design de programas. Todos os problemas são fortemente conectados um ao outro. Se ocorrer uma mudança positiva em qualquer parte dos problemas, isso pode ser favorável a mudanças nas outras partes, mas o modo tradicional de análise ainda persiste.

A geografia contribui para a ciência como parte do esforço amplo, criativo e multidisciplinar para avançar as fronteiras do conhecimento. Ao fazê-lo, oferece estudos significativos sobre algumas das principais questões enfrentadas pelas ciências, relacionadas à busca de conhecimento tanto por si próprias quanto por melhorar o bem-estar da sociedade.

A interdisciplinaridade é amplamente atraente em seu objetivo, entretanto, sua prática pode causar confusão. Uma das dificuldades para criar uma abordagem interdisciplinar é o risco de novamente recair na perspectiva curricular, segundo a qual a ênfase do planejamento permanece em assuntos separados, embora haja aparentemente algumas conexões. As humanidades oferecem uma riqueza de oportunidades e incluir o aprendizado de habilidades e conhecimentos interdisciplinares, trará benefícios em todo o currículo e disciplinas.

A interdisciplinaridade pressupõe a transferência de métodos de uma disciplina para outra. Ultrapassa-as, mas sua finalidade inscreve-se no estudo disciplinar. Pela abordagem interdisciplinar ocorre a transversalidade do conhecimento constitutivo de diferentes disciplinas, por meio da ação didática pedagógica mediada pela pedagogia dos projetos temáticos. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010):

A aprendizagem baseada na investigação em história e geografia requer o envolvimento das crianças na realidade e geralmente exige que as crianças apliquem habilidades e conhecimentos em todo o currículo. A investigação desenvolve habilidades de pensamento, aprimorando o aprendizado através da criatividade.

Assim, lançadas corretamente com elos interdisciplinares significativos, as humanidades podem fornecer a base para o desenvolvimento da investigação, por sua vez, incentivando naturalmente habilidades-chave como comunicação, processamento de

informações, raciocínio e pensamento lógico, empatia e resolução do problema. Tais habilidades podem ser transferidas para além da escola e para a vida adulta.

As principais disciplinas curriculares são, sem dúvida, encadeadas pela história e geografia. Estas podem ser usadas para desenvolver vocabulário histórico e geográfico, bem como o uso de fontes como diários para estimular discussões baseadas em empatia e escrita criativa. Os livros de Geografia podem ser usados como um meio de identificação com diferentes locais ou períodos. Usado para analisar e comunicar informações, fornecendo um ponto focal relevante para os dados. Mapas e gráficos são usados de maneira significativa para crianças e mapas são considerado um dos mecanismos mais poderosos de investigação geográfica. A ciência tem fortes laços curriculares com a geografia e incentiva a geração de hipóteses e investigações, desenvolvendo o pensamento criativo e a reflexão crítica (FIGUEIREDO, 2011).

A investigação do contexto social, histórico e político a partir de uma peça teatral, pode induzir uma maior compreensão dos eventos relacionados à sua produção e ajudar as crianças a se renovarem; mais informada, interpretação do trabalho. A ideia de que a arte seja transitória e temporária também dá margem para a discussão da vida e da morte e como as histórias são contadas ao longo do tempo. Aspecto da cidadania também pode ser abordado através desses tópicos com relação ao passado do povo aborígine e seu atual lugar da sociedade, discutindo sua experiência de preconceito e desigualdade (FIGUEIREDO, 2011).

Isso leva naturalmente ao conceito de aprendizagem ao ar livre como um meio de facilitar os ambientes interdisciplinares e criativos. Aprender em um ambiente que não seja a sala de aula fornece recursos táteis que permitem aprendizado experimental e envolver as crianças que trabalham em contextos da vida reais relevantes e reconhecíveis para elas. Representando uma pedagogia construtivista, as crianças são consideradas aprendizes ativos, assim o conhecimento é construído através da interação social e da experiência direta quando a aprendizagem fora da sala de aula é apresentada corretamente em todo o currículo.

2.3 O Caminho a Seguir

O relacionamento entre a população e sua base de recursos socioambientais tem sido uma questão central para a ciência, e a geografia há muito se concentra na natureza desse relacionamento, desde contextos locais e contemporâneos até processos globais e históricos. Os geógrafos estão envolvidos na coleta e análise de dados para identificar conexões entre mudanças na população, no ambiente e nas respostas sociais.

Segundo a resolução Conama Nº001 de janeiro de 1986, o impacto ambiental é definido como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais.

Os impactos humanos na Terra tornaram-se suficientemente e aparentes somente por questões que estão visíveis aos nossos olhos, esse olhar se torna preocupante nas últimas décadas que a ciência das relações homem-ambiente se tornou uma preocupação de alta prioridade em linhas disciplinares e nacionais.

Deste modo a inserção da interdisciplinaridade nestas questões que necessitam de um olhar mais crítico é fundamental, pois a troca de informações entre as disciplinas enriquecem a ciência que pesquisam sobre as relações humanas no ambiente em que estão inseridas.

É impossível entender a história humana completamente, ou ações humanas passadas e presentes, sem referência à geografia. Em vez de simplesmente fazer perguntas sobre o que acontece em uma determinada unidade territorial, os geógrafos consideram como e por que essa unidade surgiu, e sua história de evolução e desenvolvimento.

No entanto, eles submetem as disciplinas, e seus requisitos, normas, certificações do bem como seus métodos (exercícios, exames, classificações, supervisão, normas). Assim se dá um fenômeno, de interdisciplinaridade que abrange uma gama do conhecimento.

Além dos argumentos normativos, o segundo tipo de argumento para a interdisciplinaridade é mais fenomenológico no sentido em que emana de observações da prática. Essa visão postula que a interdisciplinaridade já existe dentro das disciplinas. A organização das disciplinas e da interdisciplinaridade se entrelaça historicamente, como a interdisciplinaridade (na maioria das vezes) silenciosamente florescendo dentro das disciplinas.

Os argumentos para a interdisciplinaridade geralmente resultam de debates em torno da disciplinaridade. Dentro dos argumentos para a interdisciplinaridade, dois tópicos principais podem ser encontrados. O primeiro argumenta normativamente, para a interdisciplinaridade, posicionando-a em termos de preenchimento de lacunas deixadas pela disciplinaridade ou em termos de transcendência superando o que a disciplinaridade pode esperar a alcançar (YARED, 2008 p. 21).

Assim, o espaço da interdisciplinaridade não é apenas uma questão de fora da disciplina e das atividades curriculares, a interdisciplinaridade está presente nos debates do cotidiano das disciplinas. A interdisciplinaridade nos dias de hoje pode estar no coração da prática disciplinar. As interações e reorganizações que a passagem de fronteira cria a produção e organização do conhecimento como limite de formação e manutenção e ainda que percamos a inspeção de passagem de fronteira revela que as disciplinas e a interdisciplinaridade são tensões produtivas em uma dinâmica de suplemento, complemento e crítica.

Naturalmente, existem contra-argumentos para a interdisciplinaridade. Um é que a interdisciplinaridade não pode existir sem disciplinas. Quando institucionalizada, a interdisciplinaridade “consume” as disciplinas. Outro argumento é que a interdisciplinaridade é muito difícil de alcançar na prática. Ideias criativas surgem em formas idiossincráticas e não é uma questão de organização do conhecimento. Assim, o conhecimento não pode ser garantido e produzido sob demanda.

A preocupação com a educação geral não é nova. Tem sido uma preocupação constante no processo de formação dos estudantes da instituição universitária, desde o seu início até os dias atuais. Especialmente no mundo contemporâneo, foi considerada uma das contribuições mais valiosas que a universidade pode fazer pelo bem do aluno e da sociedade em geral, e é essencial para uma sociedade que deseja ser livre, justa e democrática. A compreensão da necessidade de uma educação mais abrangente tem sido debatida com mais intensidade atualmente e tem sido mais considerada na estruturação de universidades no mundo.

Educar um indivíduo com amplo conhecimento das inter-relações de conhecimento e isso com questões humanas, culturais e naturais. A composição do currículo é específica para cada país e cada instituição. (YARED, 2008 p. 27)

A abordagem focada nos Grandes Livros é dedicada à formação intelectual e está convencida de que, através do conhecimento das ideias contidas nos livros clássicos de todas as áreas, o aluno adquire um amplo conhecimento da cultura. Essa abordagem entende que o homem deve ter em sua posse ideias próprias a partir do conhecimento do patrimônio cultural.

CAPÍTULO III

A INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO ESCOLAR: experiências, práticas de ensino e sua relação na formação de professores.

3.1 Características Físicas, Humanas da Escola.

A composição de análise desse trabalho será integralmente estabelecida no espaço da Escola Estadual ALZIRO LOPES, os dados da pesquisa foram retirados do PPP da escola localizada a Rua Ricardo Ferreira Barbosa nº 2000 bairro Planalto no Município de Guia Lopes da Laguna/MS, funciona devidamente inscrita no CNPJ nº.02.585.924/0207-43, tendo como mantenedora a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.

Essa instituição de ensino foi criada em 31 de maio de 1976, pela Lei Estadual nº 3.722. O ensino de 1º Grau, 1ª a 8ª série foi autorizada através da deliberação CEE nº. 509, de 26 de maio de 1983 e pela deliberação foram validados os estudos já realizados. Pela Deliberação CEENº. 1186, de 07 de novembro de 1985 foi reconhecido o Ensino de 1º Grau–1º a 8ª séries. Através do Decreto Nº. 9.104, de 12 de maio de 1998, que alterou a denominação das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, esta unidade escolar passou a denominar-se Escola Estadual Alziro Lopes.

Atualmente a escola funciona com autorização através da Resolução/SEDn. 2.605, de 20 de dezembro de 2012, que dispõe a autorização de funcionamento do ensino fundamental e ensino médio conforme o prazo de cinco anos se com a autorização da através da Resolução/SED 3. 125, de 16 de novembro de 2016, que dispõe sobre a autorização de funcionamento dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos EJA IV e EJA do ensino fundamental e ensino médio.

A escola recebeu seu nome em homenagem a um cidadão que fez parte da fundação da cidade de Guia Lopes da Laguna - MS, o Sr Alziro Lopes da Costa. Nascido em 10 de agosto de 1878, foi Promotor da Justiça da Comarca de Nioaque e mais tarde Juiz de Paz da mesma e foi proprietário da Fazenda Cava no município de Guia Lopes da Laguna.

Alziro Lopes da Costa era casado com Irene Vieira da Costa, com quem teve oito filhos: Ivo, Loreto, Leontina, Dorvina, Maria, Onobre, Lázaro e Santa. Faleceu no dia 18 de setembro de 1950 na cidade de Aquidauana. Em homenagem a Alziro Lopes da Costa, foi dado o seu nome à Escola Estadual Alziro Lopes.

3.2 Características Pedagógicas do PPP da Escola Estadual Alziro Lopes.

De um modo geral, podemos definir o Projeto Político Pedagógico (PPP) como o principal instrumento de um estabelecimento escolar. Segundo Celso dos Santos Vasconcellos:

O Projeto Político Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição (BRASIL, 2015 p.17-18).

A reformulação do PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola Estadual Alziro Lopes, foi elaborado no ano de 2018, para a orientação das práticas escolares, que deve segui-lo e ser considerados no processo avaliativo nas concepções teóricas, métodos e instrumentos que norteiam a avaliação, da formação de seus alunos de forma clara e objetiva.

Os objetivos foram bem definidos, com vistas a promover a aprendizagem, não podendo, em hipótese alguma ter caráter punitivo, somente utilizado diversas estratégias e instrumentos avaliativos durante todo o percurso. Todo o processo avaliativo deve ser acompanhado pelo coordenador pedagógico para que o torne justo e adequado, durante a averiguação de seu aluno.

A coordenação pedagógica e direção escolar também desenvolvem em conjunto um sistema específico de monitoramento dos estudantes com baixo rendimento e índices elevados de faltas, aplicando avaliações diagnósticas, simulados e a partir dos indicadores obtidos, são traçadas, juntamente com os professores estratégias de recuperação paralela da aprendizagem.

O acompanhamento dos estudantes com maiores dificuldades é feito, nos anos iniciais com reforço escolar em contra turno, oferecido pelos próprios professores regentes, voluntariamente.

A construção do PPP na escola ocorre de maneira democrática e participativa, sua avaliação ocorre sempre ao início de cada ano letivo, advindo assim, as necessidades para sua

reformulação, durante essa avaliação a equipe procura evidenciar os indicadores obtidos a partir das avaliações feitas pela escola e o alcance das metas estabelecidas para tanto.

A equipe responsável pela aprovação do PPP é a mesma equipe responsável por coordenar suas reelaborações, o que é fundamental para que haja uma elaboração coerente à realidade da escola sem extrapolar as necessidades da mesma e de seus alunos.

As ações desenvolvidas na escola colaboram para a formação do estudante cidadão em todas as suas dimensões, sendo assim, o trabalho pedagógico busca contribuir para o desenvolvimento da capacidade de aprender.

A capacidade de compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia, o desenvolvimento das habilidades socioemocionais para a formação de atitudes e valores e o fortalecimento dos vínculos familiares, laços de solidariedade, de tolerância recíproca, com objetivo de preparar o estudante para prosseguir com seus estudos, estando este apto para o trabalho e o exercício da cidadania tanto no ambiente escolar ou da sociedade.

Com a geografia interdisciplinar estando presente na aplicação e na obtenção destes resultados, para os seus alunos, a escola caminha a passos de um ensino e aprendizado para a uma educação inovadora, no quesito de fazer os seus alunos a aprender, questionar e refletir no ambiente e no espaço que ela está inserida.

3.3 Análise do Plano de Ensino de Geografia de 2019

Observamos que para a escola alcançar seus objetivos, é de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do projeto político-pedagógico estejam alicerçados em uma administração participativa e democrática, coletiva, em que as decisões sejam democratizadas.

O seu processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante de todos os envolvidos com a educação dos alunos como oportunidade de reflexão para mudanças de direção e caminhos atreladas com a participação dos professores, alunos, funcionários, pais dos alunos e sociedade organizada que só assim teremos êxito em aprender e ensinar com um ensino interdisciplinar.

Investir teórica e praticamente no ensino escolar, em suas múltiplas facetas, é, pois, investir nas formas de promoção da democracia, da vida, da justiça e da igualdade social, considerando-se seu âmbito peculiar de atuação ao lado de outras instâncias sociais, econômicas, políticas, culturais (STEFANELLO, 2009, p. 20).

A escola possui as forças transformadoras, e seus agentes sociais, econômicos, políticos, que faz com a gestão escolar siga um caminho eficiente alcançando os objetivos pedagógicos – educacionais para que haja no futuro cidadãos que respeitem a escola, o professor e a sociedade, somente a escola com a ajuda de toda a sociedade tem a chave da transformação.

A Escola pretende manter-se como uma unidade escolar inovadora, flexível, democrática, visando promover o desenvolvimento integral da personalidade do estudante, através da participação em projetos interdisciplinares.

Com o objetivo de formar a consciência crítica da realidade social, econômica, política, levando à inserção do estudante na sociedade como um ser pensante que traz com si uma análise local, mas também global que faz o aluno a sonhar com novos caminhos a ser percorrido e aprendendo sim qual o papel da geografia no espaço.

Neste cenário a Escola Estadual Alziro Lopes caminha com seus estudantes com sua forma de tratar seus alunos, de forma acolhedora e se esforçando para aplicar um ensino interdisciplinar em suas atividades pedagógicas desenvolvidas no recinto escolar.

Temos vários desafios para introduzirmos um ensino interdisciplinar precisamos todos da área da educação dar as mãos e nos reunir e falar sobre interdisciplinaridade porque muitos educadores desconhecem essa prática que é de suma importância para o aprendizado do aluno.

“...” A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, bem como nas manifestações culturais. (Diretrizes de Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96).

3.4 Entrevista com professores da disciplina de Geografia

Em entrevista com os professores da área de Geografia do Ensino Fundamental II da Escola Estadual Alziro Lopes foi levantado informações a respeito dos desafios enfrentados por eles nos dia a dia como professores de Geografia, os professores entrevistados foram, Sônia Gama graduada na Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul, especialista em Planejamento da Educação e professora efetiva na Escola Estadual Alziro Lopes; e Jader Queiroz Pigari graduado na Universidade Federal de São Carlos – SP com licenciatura plena em geografia, atualmente é professor convocado na Escola Estadual Alziro Lopes.

A professora Sônia Gama ao ser questionada a respeito de suas concepções de quando ela pensa em educação interdisciplinar, ela respondeu *“Quando penso em Educação Interdisciplinar, penso em qualidade de ensino com a participação de todos os outros professores de outras disciplinas”* (informação verbal³).

Outro questionamento foi como poderíamos ter uma educação mais igualitária, ela diz: *“Os professores pensam que, com professores bem remunerados e capacitados, alunos com direito a qualidade de ensino, informação e oportunidade de se desenvolver de acordo com seus talentos e, sobretudo usufruindo de seus direitos”* (informação verbal). E que em sua concepção o professor comprometido é aquele que se preocupa com interesses coletivos e que transmite o conhecimento de forma desejável com ética e com o compromisso, tornando o espaço um ambiente saudável e estimulador para o aprendizado do aluno. Isso é necessário, de início para que haja vontade, nesse caso, a vontade de aprender por parte do aluno para que se sinta motivado ao aprendizado.

O Planejamento de Ensino é a especificação do planejamento curricular, e é desenvolvido, basicamente, a partir da ação do professor e compete a ele definir os objetivos a serem alcançados, desde seu programa de trabalho até as eventuais e necessárias mudanças de rumo e a interdisciplinaridade é uma delas.

A metodologia de ensino é a aplicação de diferentes métodos no processo ensino e aprendizagem interdisciplinar.

- Trabalhos em grupo;
- Atividades de leitura;
- Questões de assimilação;
- Pesquisas;
- Seminários;
- Leitura individual e compartilhada do conteúdo;
- Debates;
- Trabalhos individuais.

A professora Sônia vê à avaliação como um processo natural que acontece para que o professor tenha uma noção dos conteúdos assimilados pelos alunos, bem como saber se as metodologias de ensino adotadas por ele estão surtindo efeito na aprendizagem dos alunos.

³ Entrevista concedida ao autor em 25 de outubro de 2019 realizada com os professores Jader Pigari e Sônia Gama.

Outros Questionamentos foram levantados para o professor de Geografia Jader na entrevista, como:

O que o professor tem a dizer sobre a prática de ensino que valorize o cotidiano dos alunos. *De acordo com a BNCC o professor tem que valorizar o conhecimento cultural do estudante fazendo com o que o mesmo seja protagonista do seu aprendizado.* O trabalho do professor em sala de aula, seu relacionamento com os alunos é expresso pela relação que ele tem com a sociedade e com cultura. Abreu & Masetto (1990, p. 115), afirma que “é o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos; fundamenta-se numa determinada concepção do papel do professor, que por sua vez reflete valores e padrões da sociedade”.

É possível perceber algum interesse maior do aluno quando feito diferentes abordagens e interpretações sobre o mesmo assunto, *principalmente quando trabalhado de forma interdisciplinar, isso faz com o que os alunos agregam o conhecimento maior sobre as disciplinas trabalhadas.* Para isso, essas práticas deverão envolver procedimentos de problematização, observação, registro, descrição, documentação, representação e pesquisa dos fenômenos sociais, culturais ou naturais, que compõem a paisagem e o espaço geográfico.

A interdisciplinaridade pode provocar o interesse dos alunos sobre o conteúdo a ser estudado como isso pode ser feito, *utilizando metodologias juntamente em parceria com professores de outras disciplinas para que haja uma melhor fixação do conteúdo.*

Para o PCN de Geografia, os professores devem desenvolver práticas pedagógicas que permitam colocar aos alunos as diferentes situações de vivência com os lugares. O PCN de Geografia busca nortear os professores, para que estes possam construir compreensões novas e mais complexas a seu respeito. Com isso, os alunos irão desenvolver a capacidade de identificar e refletir sobre diferentes aspectos da realidade, compreendendo a relação sociedade/natureza.

Será que o desinteresse pelo estudo e pela geografia não seria talvez pelo fato de que muitas vezes esses conteúdos são repassados individualmente como se não houvesse relação uns com os outros (reciprocamente) *O desinteresse pela disciplina muitas vezes acontece devido terem uma visão nas disciplinas de exatas que hoje na maioria das vezes é um dos métodos para serem avaliados, deixando as disciplinas na Geografia de humanas em segundo plano.*

O currículo escolar e a Secretaria de Educação incentivam as práticas interdisciplinares inclusive para munir os professores de ferramentas e matéria para os desenvolvimentos dessas atividades, *porque trabalhamos com o que está definido no PPP da escola, e na ementa curricular.* Há uma intervenção da gestão escolar que incentive as práticas interdisciplinares. *Buscando parcerias como: palestras aulas práticas de campo assim, fazendo a interdisciplinaridade. O que falta são mais materiais que transmitem temas relacionados ao estado de Mato Grosso Sul, o que dificulta muito o ensino e a compreensão do nosso estado para os alunos. Eles também enfatizam como professores e a escola como unidade de ensino seguem as normas estabelecidas pelos PCNs, que elenca qual é o papel do professor de geografia.*

As respostas dos professores, após análise à luz das teorias explicitadas no capítulo II, demonstram que nos documentos norteadores da escola, sobretudo o PPP, há o espaço garantido para as práticas interdisciplinares, que os professores estão dispostos a desenvolver ações interdisciplinares, porém que ainda assim, é um desafio tal prática na disciplina de Geografia. Alguns fatores são determinantes: a predominância das disciplinas que são cobradas nas avaliações externas em detrimento das demais; a dificuldade do acesso de qualidade aos recursos midiáticos; o equívoco em relação ao que é interdisciplinar de fato.

3.5 Práticas interdisciplinares na Escola.

Durante a pesquisa de campo na escola podemos notar a preocupação dos professores com o ensino e aprendizagem dos alunos, podemos destacar algumas atividades realizadas em sala como a feira escolar de ciências que é idealizada todos os anos na escola, está no calendário escolar e é trabalhada em todas as disciplinas.

Nas aulas de geografia a professora conta com aparelhos áudio visuais como um data show e um notebook de sua propriedade, pois ela mesmo relata a dificuldade de utilizar o equipamento da escola porque necessita de agendamento prévio para utilizar o mesmo.

No desenvolvimento das aulas de geografia a professora leva slides com imagens para utilizar de exemplos durante suas aulas e vídeos para reforçar suas explicações, no decorrer de atividades ela utiliza algumas atividades do livro didáticas, ela trabalha atividades individuais em duplas e grupos com os alunos, estas atividades são do tipo impresso, seminários e na lousa branca.

Em análise com a interdisciplinaridade podemos destacar uma pequena presença dela durante os trabalhos realizados, as atividades até se cruzam em um determinado momento, mas com pouca ênfase.

Trabalhando mais a disciplina de origem do trabalho, uma das reclamações porque não trabalham com a interdisciplinaridade mais aprofundada é o calendário de ensino com datas não flexíveis para uma aplicação maior da interdisciplinaridade.

A falta de materiais fornecidos pelo estado para desenvolver atividades interdisciplinares, em algumas ocasiões à escola compra materiais com verbas de projetos desenvolvidos na própria escola e com a participação do colegiado escolar.

A escola conta com vários projetos pedagógicos de apresentação fora da sala de aula como o dia da água, o dia da árvore, o dia do meio ambiente.

Estes projetos fazem que os alunos tenham um contato com diversas disciplinas, pois a escola trabalha algumas destas datas comemorativas mensalmente ou semanalmente dependendo como está o calendário da escolar.

Outro projeto que é o trabalhado na escola é dia de campo realizado pelos professores de química e física no morro do Paxixi no município de Aquidauana, onde os alunos participam de palestra e de trilhas com escritas rupestres no paredão próximo a trilha.

Na disciplina de geografia os alunos destacam este trabalho de campo com outras disciplinas fundamental para a formação deles, pois eles relatam que não imaginavam que o estado tinham marcas de povos antigos e as várias formas do relevo que são marcantes no local, isso faz com que eles levantem vários questionamentos interpessoais, como esses povos habitavam aquela região cheia de morros e para onde foram, e se foram extintos.

De modo geral, a interdisciplinaridade, esforça os professores em integrar os conteúdos da história com os da geografia, os de química com os de biologia, ou mais do que isso, em integrar com certo entusiasmo no início do empreendimento, os programas de todas as disciplinas e atividades que compõem o currículo de determinado nível de ensino, constatando, porém, que, nessa perspectiva não conseguem avançar muito mais (BOCHNIAK, 1998, p. 21).

A geografia está presente nestas atividades interdisciplinares, ela faz com o que os alunos tenham um pensamento mais crítico sobre os temas abordados durante as atividades os alunos elaboram não só com o pensamento, mas com a prática em determinado momento em alguns projetos os alunos fazem aulas práticas ou aulas de campo, este tipo de atividade escolar.

É fundamental para criação de bagagem de experiências do aluno trazendo um interesse em estudar e aprender um determinado conteúdo, só assim para que tenhamos alunos mais interessados em aprender a ter gosto pelos estudos, fica claro que graças a atividades interdisciplinares que podemos obter estes resultados.

3.6 Interdisciplinaridade e Formação Docente

Durante o processo de formação nos deparamos com vários desafios de ensinar geografia principalmente no Ensino Fundamental II, a uma escassez de materiais didáticos como jogos ou quiz que tragam algo mais dinâmicos para as aulas, que realmente destaquem o que a geografia realmente é, outro problema são materiais básicos, como um data show, sala de tecnologia que realmente funcione para possamos introduzir uma qualidade maior nas aulas.

A finalidade de ensinar Geografia para crianças e jovens deve ser justamente a de ajudá-los a formar raciocínios e concepções mais articulados e aprofundados a respeito do espaço. Trata-se de possibilitar aos alunos a prática de pensar os fatos e acontecimentos mediante várias explicações, dependendo da conjugação desses determinantes, entre os quais se encontra o espacial. A participação de crianças e jovens na vida adulta seja no trabalho, no bairro em que moram, no lazer, nos espaços de prática política explícita, certamente será de melhor qualidade de se estes conseguirem pensar sobre o seu espaço de forma mais abrangente e crítica (CAVALCANTI, 2007, p. 24).

Uma das principais características que o futuro docente deve trabalhar para que a sala de aula seja a importância da renovação à vontade de ensinar e de provocar o aluno a compreender a geografia de uma forma que ele se interesse pelo conteúdo, mostrando aos alunos que a geografia é uma disciplina interdisciplinar que ela está presente em outras disciplinas do currículo escolar e está inserida no seu cotidiano.

O futuro docente deve estar atento, e buscar o que ele aprendeu durante sua formação como, a importância do trabalho de campo, a importância das leituras com debates para uma criação de um intelecto cultural e geográfico do aluno.

Como afirma Freire (1996), ensinar não é apenas a transferência de conhecimentos. Não é simplesmente o ato de transmissão sistemática de conteúdo específico das disciplinas escolares. Ensinar é algo muito mais complexo, pois requer uma contínua reflexão e aprimoramento, sendo necessários também, os constantes diálogos e as sensibilidades entre educadores e educandos, propiciando análises acerca das metodologias adotadas e os seus efeitos no processo de aprendizagem.

Como nos afirma Libâneo (1992, p. 23): “O ensino corresponde a ações, meios e condições para realização da instrução; contém, pois, a instrução”. Na verdade, ensinar é uma ação colaborativa, cabendo ao educador criar condições para despertar e estimular no educando as suas capacidades de compreensão e criticidade, proporcionando-o a apropriação dos múltiplos saberes concernentes aos componentes curriculares, distribuídos ao longo da vida escolar, sobretudo com os seus reais valores e aplicabilidades no âmbito social cotidiano.

Nessa perspectiva, Lopes (1996), expressa: “Ensinar é instigar e orientar os alunos para que se apropriem de conhecimentos específicos de cada fase escolar para a interiorização do saber sistematizado, historicamente acumulado” (LOPES, 1996, p. 111).

Um dos objetivos de qualquer bom profissional consiste em ser cada vez competente em seu ofício. Geralmente se consegue esta melhora profissional mediante o conhecimento e a experiência: o conhecimento das variáveis que intervêm na prática e a experiência para dominá-las. A experiência, a nossa e a dos outros professores. O conhecimento, aquele que provém da investigação, das experiências dos outros e de modelos, exemplos e propostas (ZABALA, 1998, p. 13).

Ao invés de explorar as próprias experiências na formação, ensino e aprendizagem no Brasil, caminha mais na perspectiva de comparações com modelos educacionais de outras nações e atendendo interesses de um determinado grupo, isto causa uma perda muito grande na questão de aprendizagem do aluno.

É evidente no ambiente escolar a preocupação da escola em não reprovar o aluno e sim fazer com que os alunos busquem por formas de aprendizado que incentivem a sua forma de ver a disciplina de um modo diferente isto é proposto nas atividades interdisciplinares.

Isso auxilia os índices de aprovação da escola para atender as metas estabelecidas pelas secretarias de educação municipais, estaduais e até mesmo do próprio ministério da educação, para que possam atingir as metas que medem a educação do país.

Como parte das experiências na formação e prática docente, durante a realização das observações do Estágio Curricular Obrigatório I e II e da participação do programa

Residência Pedagógica, pode-se verificar o desleixo do aluno que não se preocupa mais em aprender, pois ele sabe que o professor não pode reprovar ele.

Fica claro a perda de qualidade das aulas devido o desinteresse dos alunos em aprender, são vários os outros problemas vividos pelos professores e alunos, e da própria escola, hoje a escola tem que ser conivente com políticas educacionais, que é uma política inserida em nossa educação, que prega um ensino de comparação e números.

Elencamos também a necessidade de um olhar diagnóstico do professor com seus alunos, na forma de introduzir o conteúdo, na abordagem da sala de aula para estingar os alunos a participarem de uma determinada atividade.

A forma que o professor aborda seus alunos é fundamental para ele colher frutos da aprendizagem e o próprio interesse do aluno em aprender, uma forma que dá certo na maioria das vezes é o ato de desafiar os alunos em uma atividade mais dinâmica que fazem com que eles desenvolvam a atividade na prática.

Fica evidente a necessidade de trabalhar as disciplinas de forma interdisciplinar assim que o professor diagnosticar algo que prenda atenção do aluno e a vontade desse aluno em buscar o aprendizado.

Considerações Finais

Refletir sobre temas ligados à educação nos propicia um momento de revelação que muitos caminhos ainda precisam ser percorridos e que os trajetos, em dados momentos, poderão ser extremamente sinuosos na questão de ensino e aprendizado. No entanto, não se pode se desanimar diante dos obstáculos, deve-se sim fazer desses desafios à motivação, pois é nessa busca por respostas que afloram as novas possibilidades e formas de construção dos saberes e nos ensinamentos.

Nessa perspectiva, o papel do professor ganha um significado ímpar, não apenas na seleção e apresentação dos conteúdos propostos para os trabalhos em sala de aula, mas, de maneira especial, na forma como conduz o seu processo formativo contínuo, instrumento elementar para a consolidação das bases que garantirão o êxito das suas práticas profissionais.

A Geografia sempre motivou discussões e questionamentos ao longo do seu processo de constituição, tanto como ciência, quanto disciplina escolar, apresentando múltiplas questões epistemológicas e pedagógicas interdisciplinares que fomentaram e contribuíram para a realização dessa pesquisa.

As práticas educativas, em relação à Geografia enquanto disciplina escolar interdisciplinar exige um repensar que suscite intervenções capazes de qualificar as atividades educativas, tornando-as imprescindíveis para a construção da sociedade, aí representada principalmente pelos educandos que tanto necessitam dos conteúdos geográficos para formação de sua cidadania.

A escola é um ambiente que propaga metodologias. Historicamente, a Geografia contribuiu para a descrição e aprendizados interdisciplinares dos conteúdos. A partir da adoção da Geografia Crítica, as metodologias transformadoras proporcionaram aos alunos um dinamismo e autonomia na aquisição do conhecimento. Inovar as tendências de ensino perpassa pela necessidade de os educadores reverem e modificarem suas posturas, incentivando discussões que não eram frequentes na Geografia. Esse repensar do ensino de Geografia foi renovado pelas mudanças no contexto educativo após a criação da LDB nº 9.394/96.

Outra contribuição significativa é a dos PCN, que na parte destinada à Geografia afirma que o Ensino Fundamental deve ter como meta prioritária ajudar o aluno a compreender que cidadania é o sentimento de pertencer afetivamente a uma realidade e que esta é fruto das relações sociais desenvolvidas pelos sujeitos que a constituem.

A contextualização dos temas propostos nas salas de aula proporciona uma transposição didática que valoriza os saberes previamente construídos pelos alunos, possibilitando uma interação entre os conteúdos curriculares e as suas vivências, incorporando a Geografia escolar à realidade dos educandos, ampliando o caráter dialógico das práticas escolares interdisciplinares, perante o desafio de compreender o mundo e de atuar na sua transformação.

Ao ampliar a compreensão acerca do ensino de Geografia no Ensino Fundamental, buscou-se conjecturar a respeito da realidade das salas de aula, sobre a formação dos professores, suas práticas pedagógicas e suas identidades profissionais, fomentando, assim, uma reflexão que favoreça a construção conjunta de caminhos para a melhoria da qualidade do processo de aprendizagem em Geografia.

Refletindo sobre a importância da educação para a construção da cidadania, percebe-se a função de destaque que o Ensino Fundamental tem visto que é o momento de introdução do processo educativo formal na vida dos sujeitos, portanto, é preciso estimular atitudes educacionais interdisciplinares que favoreçam a capacidade crítica e reflexiva dos educandos.

Nesse sentido, o ensino de Geografia tem um importante papel, pois, através do estudo do espaço, desenvolve meios para redirecionar o olhar sobre a realidade circundante, reconhecendo e valorizando a sua diversidade, consolidando, assim, a construção dos fundamentos para a plena cidadania.

Dessa forma, entende-se que o ensino de Geografia no Ensino Fundamental II precisa ser eficiente e, para tanto, é necessário um processo de formação continuada para que os educadores que atuam nesse segmento se especializem e aperfeiçoem suas práticas pedagógicas progressivamente.

Esse cenário gerou a inquietação que motivou a realização desse trabalho. Para tanto, utilizou-se como paradigma a análise e pesquisa, visto que ela promove ponderações pertinentes à educação, ao passo que leva em consideração o contexto estudado e o ponto de vista dos sujeitos investigados como dados significativos da investigação.

Empregou-se como procedimento metodológico a pesquisa participante, que, pelo seu caráter dialógico, proporciona o compartilhamento de ideias entre o pesquisador e o objeto pesquisado, por meio de uma construção colaborativa de saberes. A fim de entender a realidade investigada, utilizou-se como instrumentos para a coleta de dados: observação, questionário para o professor da disciplina de geografia, análise documental e entrevistas semiestruturadas.

A observação é um instrumento imprescindível para a pesquisa em educação, na medida em que proporciona uma relação direta com as práticas pedagógicas cotidianas. Contudo, na observação participante, ou observação ativa, foi necessário o desenvolvimento de um olhar sensível e criterioso por parte do pesquisador que se reconhece como membro do grupo investigado, buscando conhecer a realidade da qual ele mesmo faz parte.

A entrevista com os professores caracterizou-se como um valioso instrumento de pesquisa, pois através da organização criteriosa de perguntas que foram respondidas com a presença do entrevistador, garantiu-se uma coleta de dados que fundamentaram a apreciação das informações catalogadas.

Nesse sentido, a análise documental também foi considerada, pois se caracteriza como uma técnica que favorece a coleta de informações registradas em documentos, revelando novos aspectos do tema pesquisado. Entretanto, a análise documental nas pesquisas em educação é prejudicada pelo fato de muitas escolas não registrarem as atividades, nem as avaliações realizadas durante as aulas. Outro relevante instrumento para essa pesquisa foi às

entrevistas semiestruturadas, que significam uma conversa com propósitos, oportunizando uma visão ampliada dos discursos individuais e coletivos dos sujeitos envolvidos.

Porém, essa técnica precisa estar amparada nos princípios de organização, planejamento, ética e compromisso do pesquisador, para que os efeitos possam influenciar positivamente na realidade estudada. A fim de planejar o objeto de pesquisa e melhor compreendê-lo, apresentou-se um mapeamento dos espaços pesquisados, haja vista que ele está impregnado de memórias e representações do local em que está situado.

O local da pesquisa corresponde à unidade escolar: Escola Estadual Alziro Lopes, no município de Guia Lopes da Laguna, Mato Grosso do Sul. Analisando a escola supracitada, observou-se que existe uma demanda quanto a projetos interdisciplinares dos docentes envolvidos no processo educativo, visto que os conteúdos imprescindíveis do componente curricular Geografia necessitam de uma associação entre teoria e prática, desenvolvida com criticidade, sensibilidade e criatividade.

Percebeu-se que, muitas vezes, para provocar as discussões de conceitos e temas, os docentes utilizam o livro didático como o único mecanismo para os educandos terem acesso às informações, tornando as aulas repetitivas e desinteressantes, distanciando os temas propostos nas aulas da vida dos educandos.

Dependendo das metodologias aplicadas ao ensinar Geografia, esse cenário tradicional pode ser modificado, adotando novas posturas metodológicas, como a interdisciplinaridade, as aulas podem ser transformadas em momentos prazerosos e exitosos.

As práticas educacionais dos professores, quando redirecionadas, podem reduzir os conflitos e desafios constantes vivenciados, pois existe uma preocupação latente em proporcionar aos educandos a capacidade de ler, entender e transformar seu espaço. Constatou-se, no entanto, por meio dos estudos in loco, lacunas quanto ao domínio de conceitos e conteúdos geográficos, explicado pela proposta pelo currículo escolar que fragmenta os conhecimentos e não possibilita o domínio de saberes mais específico.

A utilização dos mecanismos de entrevista para a pesquisa comprovou que é significativa à implementação de um programa de formação continuada interdisciplinar, pois ficou evidenciada, através da autoavaliação, a condição inquestionável da sua utilização para a busca de aprendizagens inéditas, indicando à elaboração de uma proposta de intervenção que represente uma das possibilidades de ressignificar as práticas pedagógicas para o ensino de Geografia nesse período tão significativo da vida escolar.

Almeja-se a elaboração participativa das proposições metodológicas e pedagógicas para ensinar Geografia no Ensino Fundamental, que será a plenitude, um produto dos diálogos e das atividades desenvolvidas coletivamente durante os encontros, comprovando que atitudes geográficas pedagógicas interdisciplinares inovadoras podem contribuir para refazê-lo das práticas educacionais, garantindo uma melhor formação escolar e social.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia: ciência da sociedade**. 2. ed. Recife: Ed. Universitário da UFPE, 2008

BARROS, José D'Assunção. GEOGRAFIA E HISTÓRIA: UMA INTERDISCIPLINARIDADE MEDIADA PELO ESPAÇO. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/4627/6839>>. Acesso em: 24/10/2010.

BOCHNIAK, Regina. **Questionar o conhecimento-Interdisciplinaridade na escola**. São Paulo: Loyola, 1992.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC, Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias**. Brasília, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia e prática de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2007.

FAZENDA, Ivani C. A. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?* São Paulo: Loyola, 1979. 107 p

FAZENDA, Ivani. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro*. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 10. ed. Campinas: Papirus, 2002.

FIGUEIREDO, P.H.O. *O trabalho de campo na Geografia Escolar como estratégia para a percepção da dimensão socioespacial do real*. Belo Horizonte. 2011

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio: Imago Editora Ltda., 1976. 220 p.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em:<<http://Portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: maio. 2019.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

LEITE, Cristina Maria Costa. **O Lugar e a Construção da Identidade**: os significados construídos por professores de Geografia do Ensino Fundamental. 2012. 239 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LIMA Carlos Ferreira. 2016.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Livro 1. Brasília, DF, 1994b.p.66

MORAIS, P. L. L. dos. A competência dos professores de Biologia em contextualizar os conteúdos específicos. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

OLIVEIRA, Liliane de Andrade. **A INTERDISCIPLINARIDADE E O ENSINO DE GEOGRAFIA**. 2015. Disponível em:

<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA_2_ID2747_10092018113906.pdf>. Acesso em: 24/10/2019.

PAVIANI, Jayme. Interdisciplinaridade: conceitos e distinções. 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2008.

PIAGET, Jean. **O raciocínio na criança**. Rio de Janeiro: Record, 1967.

Projeto político Pedagógico Escola Estadual Alzira Lopes Disponível em: <http://eealpes.com.br/arquivos/ppp.pdf> Acesso em: 12/10/2019.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986.

RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010.

SAVIANI, Dermeval. Educação no Brasil: concepção e desafios para o século XXI. Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n. 3, jul. 2001.

STEFANELLO, Ana Clarissa. **A Didática e Avaliação da Aprendizagem no Ensino de Geografia**. São Paulo: Saraiva, 2009.

WADSWORTH, Barry. Inteligência e afetividade na criança na teoria de Piaget. São Paulo: Pioneira, 1997.

YARED, Ivone. O que é interdisciplinaridade? In: O que é interdisciplinaridade? São Paulo. Cortez, 2008.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.